CAPÍTULO 5

DESEMPENHO E EVOLUÇÃO DO IDHM NOS CENTROS URBANOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESTUDO REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

Bárbara Oliveira Marguti[1]
Marco Aurélio Costa[2]
Nikolas de Camargo Pirani[3]

1 INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

Este capítulo propõe avaliar o desempenho e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios nos anos de 1991, 2000 e 2010, apontando as principais diferenças entre os períodos para as diferentes categorias de centros urbanos, de acordo com a classificação estabelecida pelo estudo *Rede de Influência de Cidades (Regic)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008). Ao mesmo tempo, pretende identificar a redução ou manutenção das desigualdades regionais baseado na leitura por macrorregião, comparando cidades de mesmo nível hierárquico.

O estudo da Regic tem o município como referência metodológica e analítica para investigar a rede urbana brasileira, com a pretensão de dar suporte ao planejamento no que diz respeito à localização e à concentração de atividades econômicas, trazendo à tona, em certa medida, as relações sociais existentes e a configuração espacial delas decorrentes. Inicialmente, o estudo identifica os principais nós da rede de cidades, com base em informações secundárias que os qualificam quanto ao nível de gestão pública e empresarial, à espacialização produtiva, à divisão de atividades e quanto à oferta diferencial de serviços.

Em seguida, são definidas as regiões de influência dos centros de gestão do território, tomando como base o volume de interação entre as cidades. A centralidade é também definida a partir do efeito polarizador de uma cidade sobre outras, nos casos de cidades não classificadas como centro de gestão do território. São consideradas ainda, no processo de classificação, a dimensão da região de influência

1. Coordenadora de estudos em desenvolvimento urbano (Codur) do Ipea. *E-mail*: <barbara.marguti@ipea.gov.br>.
2. Técnico de planejamento e pesquisa e coordenador de estudos setoriais urbanos (Coesu) do Ipea. *E-mail*: <marco.costa@ipea.gov.br>.
3. Analista de estatística no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). *E-mail*: <nikolas.pirani@undp.org>.

e as diferenças regionais. Assim, chega-se à hierarquia dos centros urbanos, que classifica as cidades brasileiras em seis grandes níveis, subdivididos em até três subníveis, são eles: *metrópoles* (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole), *capital regional* (A, B e C), *centro regional* (A, B e C), *centro sub-regional* (A e B), *centro de zona* (A e B) e *centro local*.

A Regic caracteriza o entorno das metrópoles e capitais regionais como *áreas de concentração da população* (ACP), definidas como "grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo". As ACPs estão sempre vinculadas a um ou mais núcleos urbanos e assumem, na Regic, o nome do município da capital ou do município de maior população. Neste estudo, os municípios do entorno das metrópoles e capitais regionais foram considerados em uma categoria exclusiva, a que chamamos *área de abrangência* (AA), e tiveram seus IDHMs analisados de forma isolada, e não agregada aos núcleos das metrópoles e das capitais regionais. Assim, foi possível observar importantes disparidades entre esses centros urbanos e seu entorno. O número de municípios para cada categoria de centro urbano pode ser verificado na tabela 1.

TABELA 1
Número de municípios por tipologia de centro urbano (2007)

Categoria de centro urbano	Número de municípios
Grande metrópole nacional	1
Metrópole nacional	2
Metrópole	9
Grande metrópole nacional-AA	46
Metrópole nacional-AA	28
Metrópole-AA	92
Capital regional A	11
Capital regional B	21
Capital regional C	47
Capital regional A - AA	50
Capital regional B - AA	25
Capital regional C - AA	36
Centro sub-regional A	85
Centro sub-regional B	79
Centro de zona A	197
Centro de zona B	364
Centro Local	4.472
Total	**5.565**

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

Lançado em julho de 2013, o *Atlas do Desenvolvimento Humano* aponta os principais avanços do país nas dimensões *Longevidade* (vida longa e saudável), *Educação* (acesso ao conhecimento) e *Renda* (padrão de vida). A obra é fruto do trabalho conjunto entre Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP), por meio da adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global para o cálculo do IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros, conforme a malha municipal do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

Este trabalho consiste, essencialmente, na análise do desempenho do IDHM e suas dimensões entre uma mesma categoria da rede urbana para os anos de 1991, 2000 e 2010. Para o último período, 2000-2010, é levada em consideração a evolução do IDHM dos centros urbanos em cada uma das macrorregiões brasileiras. Na sequência, aprofunda-se a análise comparativa entre as diferentes tipologias de centros urbanos. As análises foram realizadas a partir da geração de planilhas (Stata), através do cruzamento dos bancos de dados do IDHM e Regic para os anos 1991, 2000 e 2010. Foram consideradas as seguintes bases de dados: os valores do IDHM e de seus componentes e a classificação de centros urbanos no estudo da Regic. As fontes foram o banco de dados dos centros (Regic); as ligações entre centros de gestão do território (Regic); o índice de ligações dos municípios (Regic); Rede Urbana 2007 (Regic); IDHM (Pnud/Ipea/FJP).

2 ANÁLISE POR CATEGORIA DE CENTRO URBANO (REGIC): DESEMPENHO E EVOLUÇÃO

2.1 Municípios núcleos das metrópoles

São classificados como núcleos das metrópoles os doze principais centros urbanos do país caracterizados por seu grande porte, fortes relacionamentos entre si e extensa área de influência direta. Essa categoria abarca três subcategorias que tipificam as metrópoles em função de sua extensão territorial e a intensidade de suas relações. Assim, temos: *i*) *grande metrópole nacional*, que diz respeito a São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com projeção de 19,5 milhões de habitantes em 2007; *ii*) *metrópole nacional*, que, juntamente com São Paulo, constitui polos nacionais para centros localizados em todo o país, uma tipologia que é adotada para as metrópoles do Rio de Janeiro e de Brasília, as quais contam com uma população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007 respectivamente; e *iii*) *metrópole*, envolvendo Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com populações variando de 1,6 milhão (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), segundo a Regic (IBGE, 2007).

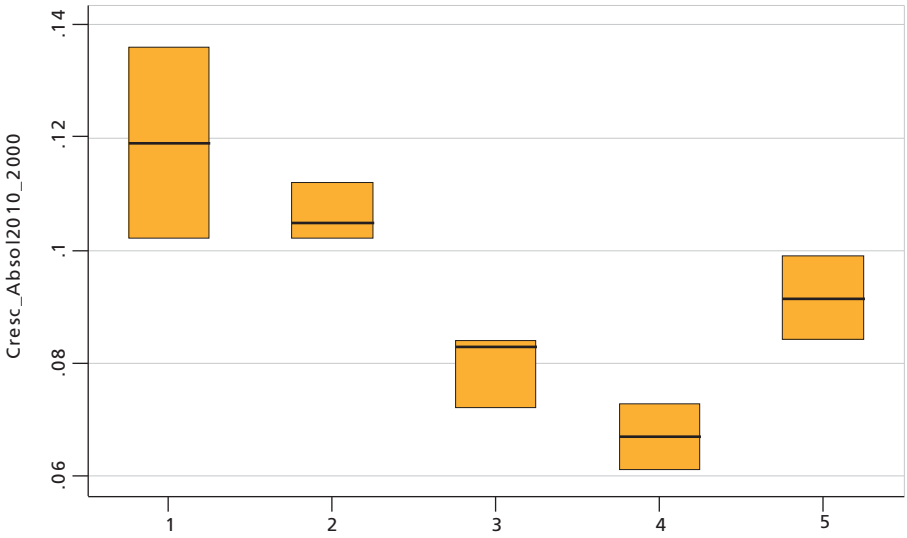
Os núcleos metropolitanos brasileiros são a categoria de centros urbanos com os melhores desempenhos de IDHM, como será apresentado no item 3 deste capítulo (tabela 9). Em 1991, nenhum destes núcleos se encontrava na faixa do *muito baixo* IDHM, e sua evolução é crescente até chegarem em 2010, distribuídos entre as faixas de *alto* e *muito alto* IDHM. A *Longevidade* é a componente que mais

contribui para este cenário, uma vez que os núcleos das metrópoles caminham das faixas de *médio* e *alto* IDHM-L, em 1991, para *muito alto*, em 2010. Do ponto de vista da evolução, o maior salto é verificado para o IDHM-E, já que, em 1991, 100% dos núcleos apresentavam desempenho *muito baixo* e mais da metade deles (58,3%) chega a 2010 com *alto* IDHM-E (tabela 2).

TABELA 2
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes nos municípios núcleos das metrópoles (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	0,0	41,7	58,3	0,0	0,0	**100,0**
2000	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	**100,0**
2010	0,0	0,0	0,0	58,3	41,7	**100,0**
L 1991	0,0	0,0	33,3	66,7	0,0	**100,0**
L 2000	0,0	0,0	0,0	83,3	16,7	**100,0**
L 2010	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	**100,0**
E 1991	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**100,0**
E 2000	8,3	50,0	41,7	0,0	0,0	**100,0**
E 2010	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	**100,0**
R 1991	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	**100,0**
R 2000	0,0	0,0	16,7	41,7	41,7	**100,0**
R 2010	0,0	0,0	0,0	41,7	58,3	**100,0**

GRÁFICO 1
Crescimento absoluto do núcleo das metrópoles por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

Do ponto de vista regional, o gráfico 1 ilustra a evolução do IDHM no período 2000-2010 nos núcleos das metrópoles para cada macrorregião brasileira. Neste período, os núcleos da região Norte evoluíram de forma significativa, seguidos pelos núcleos da região Nordeste, ambos com evolução acima de 0,100, aproximando-se de 0,140. Crescem menos os núcleos das regiões Sul, com crescimento inferior a 0,080, e Sudeste.

2.2 Área de abrangência do núcleo metropolitano

A área de abrangência do núcleo metropolitano é composta por 166 municípios que formam as grandes manchas urbanas de ocupação contínua no entorno dos núcleos metropolitanos, mantendo relações constantes com estes através da continuidade da área urbanizada, da concentração de pessoas e atividades e dos densos fluxos que as interconectam.

Conforme se observa na tabela 3, diferentemente do que ocorre nos núcleos das metrópoles, na AA, os IDHMs partem de um patamar bastante baixo, com 65,1% das cidades na faixa do *muito baixo* IDHM e 32,5% na faixa do *baixo* IDH, em 1991. A *Longevidade* segue na AA a mesma tendência de evolução observada nos núcleos, com quase a metade dos municípios na faixa do *médio* IDHM-L, em 1991. Em 2010, a totalidade dos núcleos metropolitanos está na faixa do *muito alto* IDHM-L, enquanto 88,6% dos centros da AA estão nesta faixa.

TABELA 3
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes na área de abrangência dos núcleos das metrópoles (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	65,1	32,5	2,4	0	0	**100**
2000	4,2	39,8	50	5,4	0,6	**100**
2010	0	0	33,1	63,3	3,6	**100**
L 1991	0	6,6	49,4	44	0	**100**
L 2000	0	0	7,8	78,3	13,9	**100**
L 2010	0	0	0	11,4	88,6	**100**
E 1991	98,8	1,2	0	0	0	**100**
E 2000	66,9	28,9	3,6	0,6	0	**100**
E 2010	0	24,7	56,6	18,1	0,6	**100**
R 1991	7,8	39,2	43,4	9	0,6	**100**
R 2000	0	22,9	59	16,3	1,8	**100**
R 2010	0	2,4	48,8	45,2	3,6	**100**

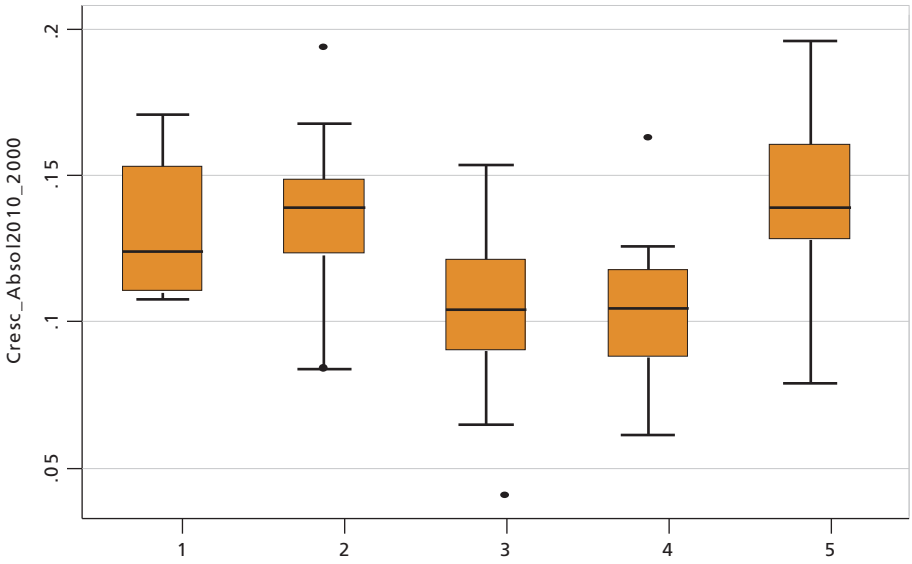
Elaboração dos autores.

Da mesma forma, para a dimensão *Renda*, os municípios da AA concentram-se (82,6%) nas faixas de *baixo* e *médio* IDHM em 1991, enquanto mais da metade dos núcleos metropolitanos já possuíam IDHM-R *alto.* Ao longo dos anos censitários, a AA evolui lentamente, chegando, em 2010, a 45,2% dos centros na faixa de *alto* IDHM-R.

No caso da *Educação*, enquanto a maior parte dos núcleos metropolitanos está na faixa do *alto* IDHM-E, os municípios da AA permanecem concentrados (94%) nas duas faixas imediatamente abaixo (tabela 3).

As AAs apresentam maior equilíbrio regional em relação aos núcleos quando analisado o crescimento de seu IDHM entre 2000-2010. As medianas de crescimento do IDHM destes municípios estão entre 0,100 e 0,150 em todas as macrorregiões, no entanto, mais elevadas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e mais baixas no Sudeste e no Sul.

GRÁFICO 2
Crescimento absoluto nas AAs dos núcleos metropolitanos por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

2.3 Municípios núcleos das capitais regionais (CRs)

A rede nacional de capitais regionais (CRs) compõe-se, atualmente, por 79 centros. Como os núcleos das metrópoles, as sedes das CRs se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Têm capacidade de gestão no nível imediatamente

inferior ao das metrópoles e área de influência regional, sendo referência para um conjunto de atividades por grande número de municípios. Esta categoria de centro urbano possui três subcategorias, segundo a Regic (2007), a saber: *i*) capital regional A – constituído por onze cidades com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos, aqui estão inclusas as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas; *ii*) capital regional B – constituído por 21 cidades com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos, estão mais presentes no centro-sul do país; e *iii*) capital regional C – constituído por 47 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos e, em comparação com as centros regionais B, estão distribuídas nas demais regiões do país. A distribuição dos resultados encontrados para os municípios correspondentes a essa tipologia, segundo as diversas faixas do IDHM, encontra-se na tabela 4.

TABELA 4
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes nos núcleos das capitais regionais (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	29,1	53,2	17,7	0,0	0,0	**100,0**
2000	1,3	25,3	41,8	31,6	0,0	**100,0**
2010	0,0	0,0	12,7	72,2	15,2	**100,0**
L 1991	0,0	10,1	30,4	59,5	0,0	**100,0**
L 2000	0,0	0,0	5,1	57,0	38,0	**100,0**
L 2010	0,0	0,0	0,0	10,1	89,9	**100,0**
E 1991	97,5	2,5	0,0	0,0	0,0	**100,0**
E 2000	39,2	40,5	17,7	2,5	0,0	**100,0**
E 2010	0,0	8,9	38,0	49,4	3,8	**100,0**
R 1991	1,3	24,1	50,6	24,1	0,0	**100,0**
R 2000	0,0	7,6	38,0	49,4	5,1	**100,0**
R 2010	0,0	0,0	21,5	63,3	15,2	**100,0**

Elaboração dos autores.

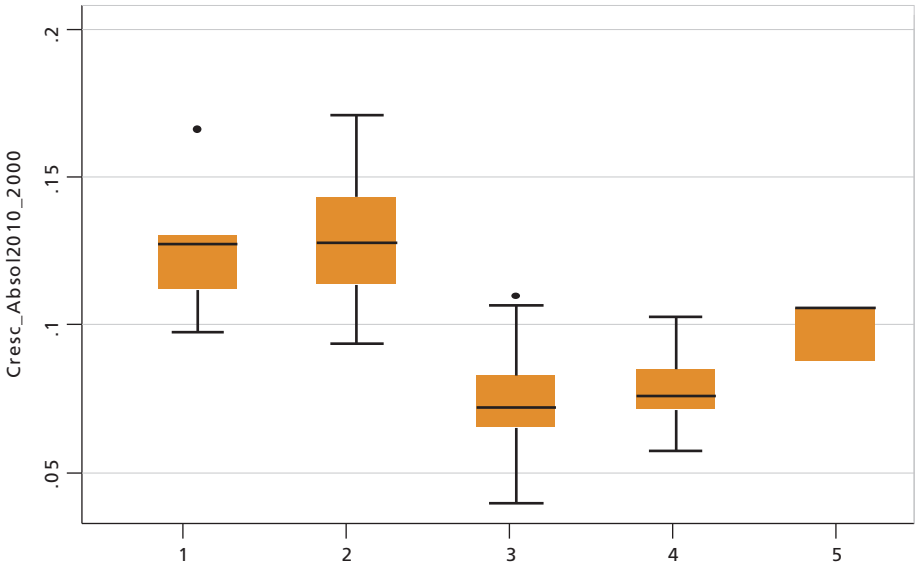
Como se pode observar, cerca de 82% das sedes das capitais regionais estavam concentradas nas faixas do *muito baixo* e *baixo* IDHM em 1991. A evolução é tal em duas décadas que chegam em 2010 com 72,2% dos municípios na faixa do *alto* IDHM e 15,2% na faixa do *muito alto*.

Para a dimensão *Educação*, com 97,5% dos núcleos concentrados na faixa de *muito baixo* IDHM-E, em 1991, é expressiva a evolução verificada em 2010, quando 38% avançou para a faixa do *médio* IDHM-E e proporção ainda maior, 49,4%, encontrava-se na faixa do *alto* IDHM-E.

Em 2010, 89,9% dos núcleos das capitais regionais estão na faixa do *muito alto* IDHM-L. A componente *Renda* evolui mais lentamente no período, chegando, em 2010, com 63,3% dos municípios concentrados na faixa do *alto* IDHM-R.

Do ponto de vista da evolução, o gráfico 3 mostra que entre 2000-2010 o crescimento absoluto do IDHM é maior nas capitais regionais das regiões Nordeste e Norte, com medianas acima de 0,125. Na região Centro-Oeste, o crescimento destes municípios é bastante homogêneo, estando concentrados nos valores bastante próximos a 0,100. Seguindo a tendência verificada para as sedes das metrópoles e suas AAs, crescimentos menores são verificados nas regiões Sul e Sudeste.

GRÁFICO 3
Crescimento absoluto no núcleo das capitais regionais por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

2.4 Área de abrangência das capitais regionais

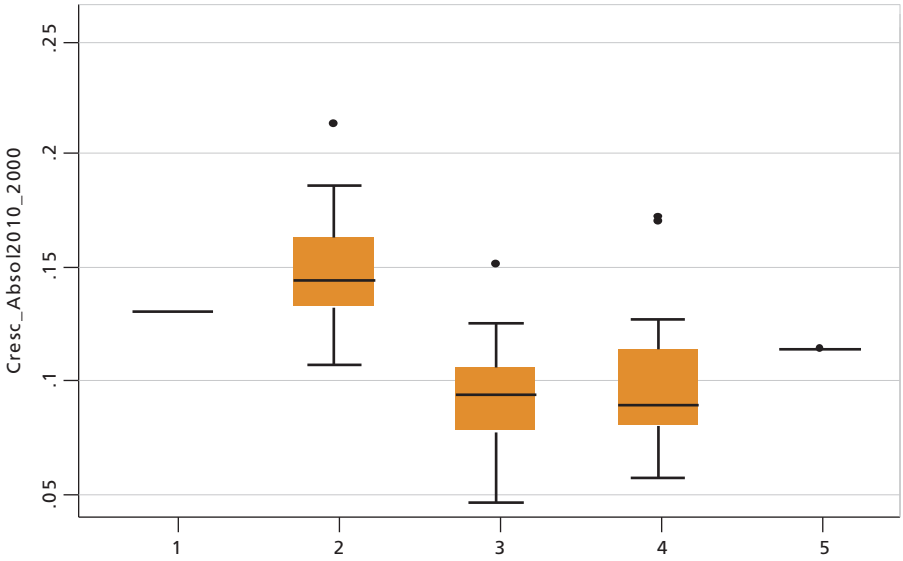
A área de abrangência das capitais regionais é composta por 111 municípios que formam as grandes manchas urbanas de ocupação contínua no entorno das sedes das capitais regionais, mantendo relações constantes com estas através da continuidade da área urbanizada, da concentração de pessoas e atividades e dos densos fluxos que as interconectam. A tabela 5 traz a distribuição dos resultados do IDHM e seus componentes para os municípios inseridos nessa tipologia segundo as faixas do desenvolvimento humano.

TABELA 5
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes dos núcleos das capitais regionais (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	46,8	48,6	4,5	0,0	0,0	**100,0**
2000	12,6	21,6	52,3	13,5	0,0	**100,0**
2010	0,0	2,7	25,2	65,8	6,3	**100,0**
L 1991	0,0	16,2	25,2	58,6	0,0	**100,0**
L 2000	0,0	0,0	14,4	49,5	36,0	**100,0**
L 2010	0,0	0,0	0,0	19,8	80,2	**100,0**
E 1991	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**100,0**
E 2000	56,8	34,2	9,0	0,0	0,0	**100,0**
E 2010	3,6	25,2	41,4	29,7	0,0	**100,0**
R 1991	18,9	21,6	49,5	9,9	0,0	**100,0**
R 2000	6,3	18,9	41,4	32,4	0,9	**100,0**
R 2010	0,0	9,9	24,3	61,3	4,5	**100,0**

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4
Crescimento absoluto nas AAs das capitais regionais por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

Em 1991, 95,4% dos municípios do entorno das capitais regionais estavam concentrados nas faixas do *muito baixo* e *baixo* IDHM. No período intermediário, distribuem-se entre as três faixas centrais do IDHM, chegando em 2010 a 91%, concentrados nas faixas do *médio* e *alto* desenvolvimento humano.

Para a variável *Longevidade*, os municípios já apresentavam índices satisfatórios, distribuídos a partir da faixa do *médio* IDHM-L. Em 2010, sua totalidade possui *alto* ou *muito alto* IDHM-L. Esta é a categoria de centro urbano em que essa componente menos evolui neste último período, apresentando crescimento absoluto de apenas 0,065.

Já no caso da dimensão *Educação,* os municípios saem do patamar do *muito baixo* IDHM-E e evoluem nas décadas seguintes, sendo a evolução ocorrida no período 2000-2010 ainda mais significativa (0,175).

Regionalmente, os maiores crescimentos absolutos do IDHM na última década ocorrem no entorno das capitais regionais das regiões Nordeste e Norte, seguidas do Centro-Oeste (gráfico 4). Evoluem menos, com medianas abaixo de 0,100, os municípios da AA dos centros regionais das regiões Sul e Sudeste do país.

2.5 Centros sub-regionais

Os centros sub-regionais (CSRs) são aqueles com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida. Sua rede de relações se estabelece, em geral, com apenas três metrópoles nacionais. Territorialmente estão concentrados nas áreas de maior ocupação na região Nordeste e no centro-sul do país, espaçados nas áreas menos densas das regiões Norte e Centro-Oeste. Duas subcategorias compõem os centros sub-regionais, a saber: *i*) centro sub-regional A – constituído por 85 cidades com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e *ii*) centro sub-regional B – constituído por 79 cidades com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos. A distribuição dos resultados encontrados para os municípios correspondentes a essa tipologia, segundo as diversas faixas do desenvolvimento humano, encontra-se na tabela 6.

A rede de cidades brasileira conta com 164 centros sub-regionais, os quais estavam concentrados (96,3%), em 1991, nas faixas do *muito baixo* e *baixo* IDHM. Numa ascensão mais rápida do que a observada para os centros locais (CLs) e centros de zona (CZs), 56,7% dos centros sub-regionais se deslocam para as faixas de *médio* e *alto* desenvolvimento humano em 2000. Em 2010, mais da metade (56,1%) dos municípios atingem a faixa do *alto* desenvolvimento humano.

Para a componente *Educação*, os centros sub-regionais estavam, em 1991, 100% concentrados na faixa do *muito baixo* IDHM-E. Já em 2010, distribuem-se de maneira mais homogênea, com maior ocorrência na faixa do *médio* IDHM-E.

TABELA 6
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes nos centros sub-regionais (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	51,8	44,5	3,7	0	0	**100**
2000	15,2	28	43,3	13,4	0	**100**
2010	0	1,8	36,6	56,1	5,5	**100**
L 1991	0,6	16,5	36,6	46,3	0	**100**
L 2000	0	0,6	16,5	52,4	30,5	**100**
L 2010	0	0	0	25,6	74,4	**100**
E 1991	100	0	0	0	0	**100**
E 2000	58,5	32,9	8,5	0	0	**100**
E 2010	3,7	28	44,5	23,8	0	**100**
R 1991	15,2	31,7	46,3	6,7	0	**100**
R 2000	3	26,8	40,9	28,7	0,6	**100**
R 2010	0	8,5	32,9	56,7	1,8	**100**

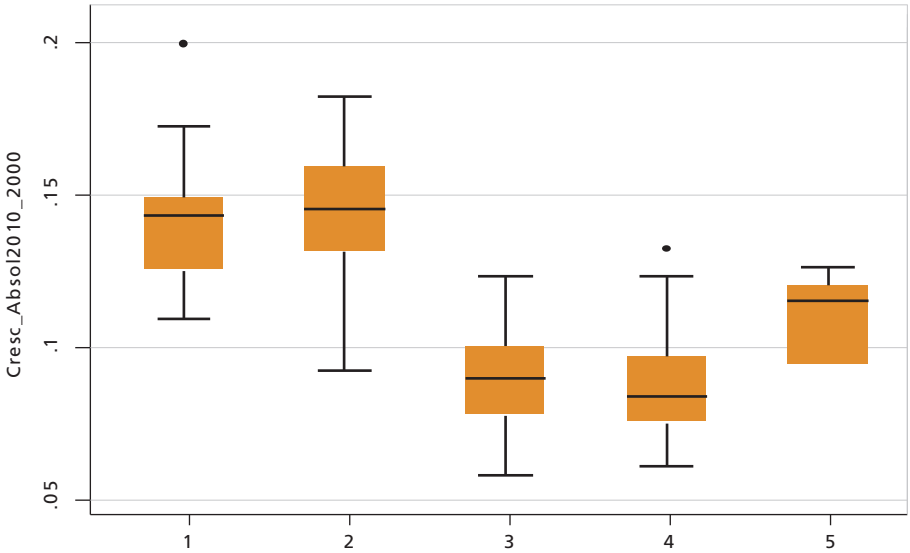
Elaboração dos autores.

A dimensão *Renda* conta com maior proporção de cidades (78%) nas faixas do *baixo* e *médio* IDHM-R em 1991, enquanto, em 2010, porcentagem ainda maior de municípios (89,6%) evoluiu para as faixas do *médio* e *alto.*

Analisando a evolução da *Longevidade* nesses centros urbanos, vemos, no primeiro período, uma concentração de 82,9% dos municípios nas faixas de *médio* e *alto* IDHM-L, enquanto, no último período (2010), a totalidade dos CSRs está nas faixas do *alto* (25,6%) e *muito alto* (74,4%).

O gráfico 5 aponta o crescimento absoluto nos centros sub-regionais em cada uma das macrorregiões brasileiras. Seguindo a mesma tendência dos núcleos das metrópoles, das capitais regionais e seus entornos, os centros sub-regionais que mais evoluem são aqueles localizados nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

GRÁFICO 5
Crescimento absoluto nos centros sub-regionais por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

2.6 Centros de zona

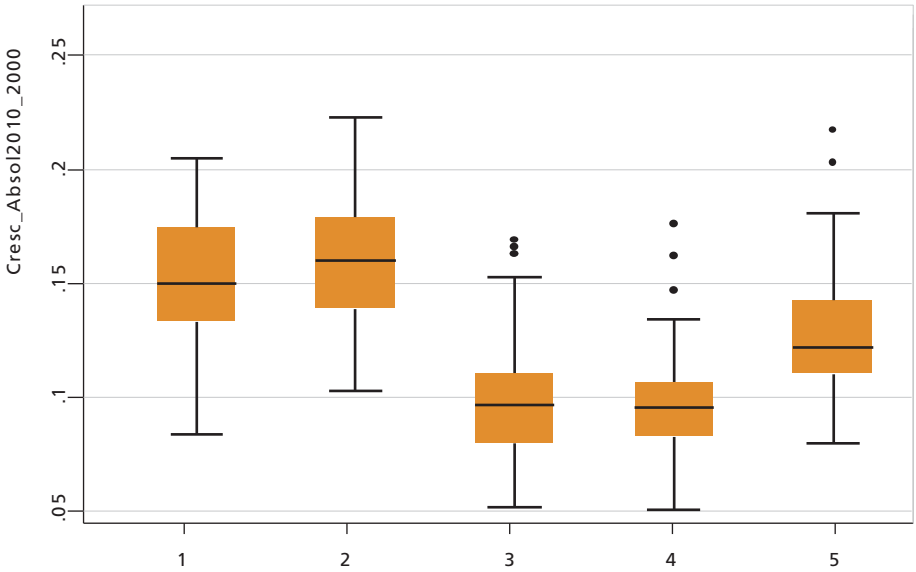
Os centros de zonas estão aqui representados por 561 municípios, caracterizados por uma atuação restrita à sua área imediata e com funções de gestão elementares. É uma categoria que agrupa duas subcategorias de centros urbanos em função do tamanho de sua população, a saber: *i*) centro de zona A – 197 cidades com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos; e *ii*) centro de zona B – 364 cidades com medianas de 23 mil habitantes e dezesseis relacionamentos. A maior parte não havia sido classificada como centro de gestão territorial. A distribuição dos resultados encontrados para os municípios correspondentes a essa tipologia, segundo as diversas faixas do IDHM, encontra-se na tabela 7.

TABELA 7
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes nos centros de zona (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	71,7	27,5	0,9	0	0	**100**
2000	29,8	24,8	40,8	4,6	0	**100**
2010	0	11,8	35,8	52	0,4	**100**
L 1991	2,7	21	35,5	40,8	0	**100**
L 2000	0	1,2	25	50,1	23,7	**100**
L 2010	0	0	0,2	33,3	66,5	**100**
E 1991	100	0	0	0	0	**100**
E 2000	75	21,7	3,2	0	0	**100**
E 2010	14,4	34,8	39,2	11,6	0	**100**
R 1991	30,7	29,6	38,7	1,1	0	**100**
R 2000	12,3	26	45,3	16,4	0	**100**
R 2010	0,4	21,2	30,3	47,4	0,7	**100**

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6
Crescimento absoluto nos centros de zona por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

A análise do IDHM para essa tipologia de centro urbano aponta a passagem de quase a totalidade desses municípios (99,2%) da faixa de IDHM *muito baixo* e *baixo*, em 1991, para as faixas de *médio* e *alto* desenvolvimento humano (87,8%), em 2010.

Para os anos de 1991 e 2000, a dimensão *Educação* contribuiu fortemente para a posição dos municípios centros de zona entre as faixas de *muito baixo* e *baixo* IDHM-E, uma vez que nessas posições concentravam-se 100% dos municípios, em 1991, e 96,7%, em 2000. Em 2010, os centros de zona se distribuem de forma mais homogênea entre as faixas de *muito baixo* e *baixo* IDHM-E (49,2%) e as faixas de *médio* e *alto* (50,8%).

A componente *Longevidade* apresenta uma clara evolução ao longo dos três períodos. Em 1991, os centros de zona estavam concentrados entre as faixas de *baixo* a *alto* IDHM-L (97,3%); em 2000, há um deslocamento para faixas mais altas, estando agora concentrados entre *médio* e *muito alto* (98,8%). Em 2010, 33,3% dos centros de zona apresentam *alto* IDHM-L, enquanto 66,5% apresentam *muito alto*.

O IDHM-R, por seu turno, também apresenta certo deslocamento entre os períodos, porém menos acentuado e não atingindo níveis tão elevados. Em 1991, os centros de zona estavam concentrados nas faixas de *muito baixo* a *médio* IDHM-R (98,9%). Em 2000, cerca de 15,3% se deslocou para a faixa do *alto*, proporção que se amplia para 47,4% em 2010, restando apenas 21,6% dos centros de zona nas faixas de *muito baixo* e *baixo* IDHM-R.

Os centros de zona apresentam significativa evolução no último período (média de 0,114), com maior participação dos municípios do Nordeste, seguidos pelas regiões Norte e Centro-Oeste. Com medianas abaixo de 0,100, o crescimento absoluto nas regiões Sul e Sudeste é o menor entre as macrorregiões do país (gráfico 6).

2.7 Centros locais

Os centros locais são caracterizados pela Regic como as demais cidades "cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes" (Regic, 2007), totalizam 4.472 municípios, cuja população é dominantemente inferior a 10 mil habitantes, com mediana de 8.133 habitantes.

TABELA 8
Distribuição percentual segundo as faixas do IDHM e componentes nos centros locais (1991, 2000 e 2010)

Ano	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	**Total**
1991	91,8	8,1	0	0	0	**100**
2000	47,3	30,3	21,7	0,6	0	**100**
2010	0,7	29	42	28,2	0,1	**100**
L 1991	4,9	26,2	41,2	27,5	0,1	**100**
L 2000	0	3,7	34,7	52,5	9,1	**100**
L 2010	0	0	1,7	45,7	52,6	**100**
E 1991	100	0	0	0	0	**100**
E 2000	90	9,3	0,7	0	0	**100**
E 2010	33,3	37,9	25,6	3,2	0	**100**
R 1991	50	35,2	14,3	0,4	0	**100**
R 2000	31,2	28,7	36,2	3,8	0	**100**
R 2010	2,9	36,9	37,6	22,2	0,4	**100**

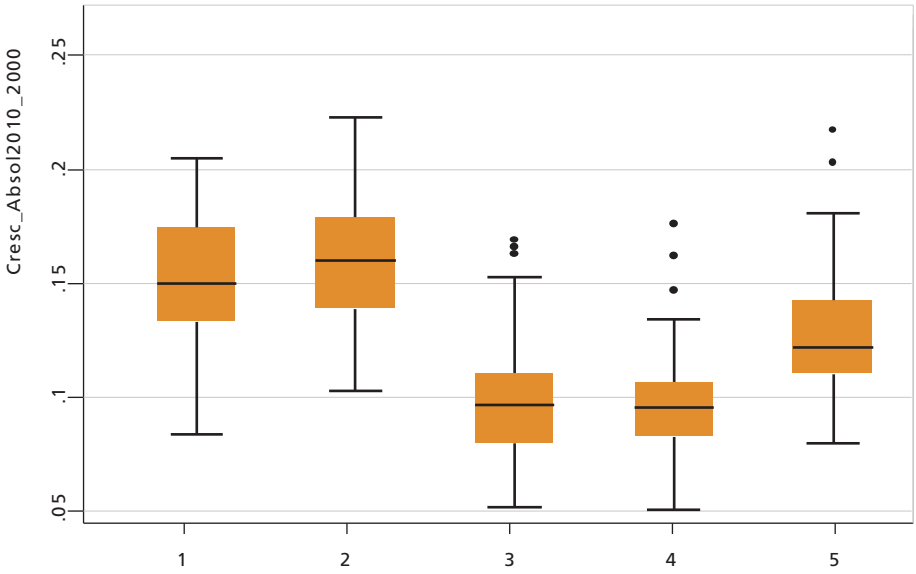
Elaboração dos autores.

Dos 4.472 centros locais existentes no país, 91,8% estava na faixa do *muito baixo* IDHM em 1991. Em 2000, essa proporção cai para 47,3% e, em 2010, para apenas 0,7%. No entanto, a maior parte desses municípios (71%) segue concentrada nas faixas de *médio* a *baixo* desenvolvimento humano em 2010. A dimensão que mais contribui para a manutenção desses municípios nessas faixas do IDHM é a *Educação*, uma vez que 93,5% dos centros locais estão concentrados nas faixas de *médio* a *muito baixo* IDHM-E.

Em menor proporção, nesse mesmo ano, a dimensão *Renda* também tem seu peso na posição dessa tipologia de centro urbano, já que 77,4% dos centros locais possuem IDHM-R entre as faixas de *médio* e *muito baixo*. Para a componente *Longevidade*, 98,3% dos municípios estão entre o *alto* e *muito alto* IDHM-L, contribuindo, assim, para a elevação do IDHM geral.

O gráfico 7 aponta a evolução no IDHM dos centros locais para o último período. Essa é a categoria de centro urbano que apresenta maior evolução, com média de 0,140. Têm maior participação nesse crescimento os centros locais das regiões Nordeste e Norte, seguidos do Centro-Oeste. Com medianas acima de 0,100, as regiões Sul e Sudeste evoluem menos.

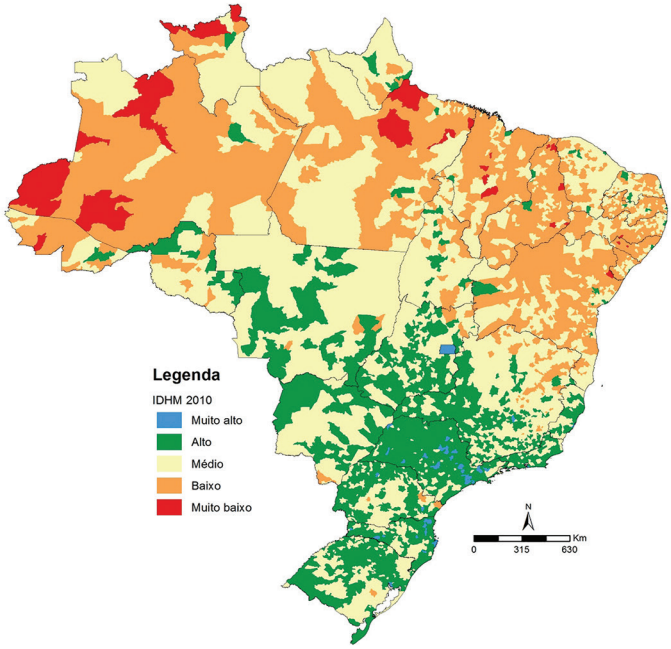
GRÁFICO 7
Crescimento absoluto nos centros locais por macrorregião brasileira (2000-2010)



Elaboração dos autores.
Obs.: 1= Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sudeste; 4 = Sul; 5 = Centro-Oeste.

A figura 1 apresenta a forma como as faixas do IDHM se distribuem no território brasileiro em 2010, evidenciando as disparidades regionais ainda existentes. Apesar de os centros urbanos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentarem as maiores evoluções na última década, o contraste regional de desempenho do índice ainda persiste. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste predominam os municípios nas faixas do *médio* e *alto* IDHM, nos municípios do Norte e Nordeste prevalecem as cores indicativas das faixas do *médio* e *baixo* desenvolvimento humano.

FIGURA 1
Distribuição das faixas do IDHM no território brasileiro (2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>.
Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

3 ANÁLISE ENTRE CENTROS URBANOS POR DIMENSÕES DO IDHM

As tabelas 9, 10 e 11 trazem a distribuição da *performance* dos municípios brasileiros conforme sua tipologia na Regic (IBGE, 2008), segundo as faixas de desenvolvimento humano adotadas pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, publicado em 2013, com dados disponíveis para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 9
Distribuição percentual segundo tipologia da Regic – IDHM Geral (1991, 2000 e 2010)

IDHM 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	41,7	58,3	0,0	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	65,1	32,5	2,4	0,0	0,0	100,0
Núcleo da capital regional	29,1	53,2	17,7	0,0	0,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	46,8	48,6	4,5	0,0	0,0	100,0
Centro sub-regional	51,8	44,5	3,7	0,0	0,0	100,0
Centro de zona	71,7	27,5	0,9	0,0	0,0	100,0
Centro local	91,8	8,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	**85,8**	**13,4**	**0,8**	**0,0**	**0,0**	**100,0**

(Continua)

(Continuação)

IDHM 2000	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	4,2	39,8	50,0	5,4	0,6	100,0
Núcleo da capital regional	1,3	25,3	41,8	31,6	0,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	12,6	21,6	52,3	13,5	0,0	100,0
Centro sub-regional	15,2	28,0	43,3	13,4	0,0	100,0
Centro de zona	29,8	24,8	40,8	4,6	0,0	100,0
Centro local	47,3	30,3	21,7	0,6	0,0	100,0
Total	41,8	29,7	26,1	2,4	0,0	100,0
IDHM 2010	**Muito Baixo**	**Baixo**	**Médio**	**Alto**	**Muito Alto**	**Total**
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	0,0	58,3	41,7	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	0,0	33,1	63,3	3,6	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	0,0	12,7	72,2	15,2	100,0
Área de abrangência da capital regional	0,0	2,7	25,2	65,8	6,3	100,0
Centro sub-regional	0,0	1,8	36,6	56,1	5,5	100,0
Centro de zona	0,0	11,8	35,8	52,0	0,4	100,0
Centro local	0,7	29,0	42,0	28,2	0,1	100,0
Total	0,6	24,6	40,1	33,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

Conforme os dados apresentados, observa-se que, em 1991, apenas os núcleos metropolitanos e as cidades sedes das capitais regionais atingiam o *médio* IDHM, enquanto os demais centros urbanos brasileiros praticamente se dividiam em apenas duas faixas: *baixo* e *muito baixo*. O entorno das metrópoles (área de abrangência dos núcleos metropolitanos) estava em pior situação se comparado com os níveis mais baixos de categorias de centros urbanos da Regic, com 65,1% dos municípios na faixa do *muito baixo* IDHM, à exceção dos centros locais, onde a proporção nessa faixa chegou a 91,8%.

Em 2000, uma parcela dos núcleos das metrópoles e das capitais regionais se desloca para uma faixa superior do IDHM, com maior proporção de municípios na faixa do *alto* IDHM. Suas AAs também evoluem, porém, comparativamente, permanecem concentradas nas faixas inferiores, com pequenas proporções, 5,4% e 13,5%, respectivamente, na faixa do *alto* IDHM. Nota-se que o desempenho dos municípios da AA dos núcleos das capitais regionais é ainda melhor do que o verificado para os municípios da AA do núcleo metropolitano. As demais categorias de centros urbanos evoluem consideravelmente, distribuindo-se com certa homogeneidade entre as faixas de *muito baixo*, *baixo* e *médio* IDHM.

No último período (2010), o IDHM-R nos núcleos das metrópoles e das capitais regionais aumenta sua concentração na faixa do *alto* IDHM, com proporções significativas de municípios na faixa do *muito alto* IDHM, 41,7% e 15,2% respectivamente. Novamente, seus entornos se igualam ao desempenho dos demais centros urbanos, com a maior parte dos municípios agregada nas faixas de *médio* e *alto* IDHM. Destoam os centros locais, ainda com 29% alocados na faixa do *baixo* IDHM.

Comparativamente aos níveis de centros urbanos superiores, os centros locais e centros de zona permanecem nas faixas mais baixas do IDHM, no entanto, são justamente essas duas categorias que mais evoluem no período 2000-2010 (0,140 e 0,123 respectivamente), evolução essa que se deve, sobretudo, à melhoria da dimensão *Educação* (escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem). Os centros urbanos que apresentam menor crescimento no período são os núcleos metropolitanos (0,093) e as sedes das capitais regionais (0,102).

A tabela 10 apresenta os dados referentes à dimensão *Educação* do IDHM para cada uma das tipologias de centro urbano nas décadas de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 10
Distribuição percentual segundo tipologia da Regic, IDHM-Educação (1991, 2000 e 2010)

IDHM-E 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	98,8	1,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Núcleo da capital regional	97,5	2,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Centro sub-regional	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Centro de zona	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Centro local	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	99,9	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
IDHM-E 2000	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	8,3	50,0	41,7	0,0	0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	66,9	28,9	3,6	0,6	0	100,0
Núcleo da capital regional	39,2	40,5	17,7	2,5	0	100,0
Área de abrangência da capital regional	56,8	34,2	9,0	0,0	0	100,0
Centro sub-regional	58,5	32,9	8,5	0,0	0	100,0
Centro de zona	75,0	21,7	3,2	0,0	0	100,0
Centro local	90,0	9,3	0,7	0,0	0	100,0
Total	85,3	12,8	1,8	0,1	0	100,0

(Continua)

(Continuação)

IDHM-E 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
IDHM-E 2010	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	24,7	56,6	18,1	0,6	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	8,9	38,0	49,4	3,8	100,0
Área de abrangência da capital regional	3,6	25,2	41,4	29,7	0,0	100,0
Centro sub-regional	3,7	28,0	44,5	23,8	0,0	100,0
Centro de zona	14,4	34,8	39,2	11,6	0,0	100,0
Centro local	33,3	37,9	25,6	3,2	0,0	100,0
Total	28,4	36,1	29,0	6,4	0,1	100,0

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

O IDHM-E apresenta os desempenhos mais dramáticos nesse período, com a quase totalidade das tipologias de centros urbanos concentradas na faixa do *muito baixo* IDHM-E (99%). Em decorrência deste baixo ponto de partida, esta será a dimensão que apresentará a maior evolução até 2010, como se pode ver a seguir.

A melhor evolução dessa componente, até 2000, ocorre no núcleo das metrópoles, que praticamente abandona a faixa mais baixa do IDHM e se distribui entre as faixas de *baixo* e *médio* IDHM-E. Parte dos núcleos das capitais regionais (39,2%) ainda se mantêm na pior faixa, enquanto o restante avança para melhores indicadores. A área de abrangência das capitais regionais e os centros sub-regionais apresentam evolução mais significativa do que a verificada para a área de abrangência das metrópoles. Os centros locais são os que, em números absolutos, mais avançam, já que 414 (12,8%) municípios ascendem uma faixa. Contudo, proporcionalmente, 90% ainda se mantém na faixa do *muito baixo* IDHM-E.

Em 2010, sobem mais um degrau os núcleos metropolitanos e das capitais regionais. Chama atenção a área de abrangência das metrópoles que, apesar de evoluir, apresenta desempenho equivalente ao verificado para os centros de zona. É significativo o salto de qualidade verificado na dimensão *Educação* nos centros locais, que, em 2010, avançam em significativa proporção para as faixas do *baixo* e *médio* IDHM-E. De fato, de 2000 para 2010, são nos centros locais que o IDHM-E mais evolui, com crescimento absoluto de 0,209, em média, seguidos pelos centros de zona e pela área de abrangência dos núcleos das metrópoles. A pior evolução no período é verificada nos núcleos das metrópoles (0,143) e capitais regionais (0,167).

A tabela 11 apresenta os dados referentes à dimensão *Renda* do IDHM para cada uma das tipologias de centro urbano nas décadas de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 11
Distribuição percentual segundo tipologia da Regic, IDHM-Renda (1991, 2000, 2010)

IDHM-R 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	41,7	58,3	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	7,8	39,2	43,4	9,0	0,6	100,0
Núcleo da capital regional	1,3	24,1	50,6	24,1	0,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	18,9	21,6	49,5	9,9	0,0	100,0
Centro sub-regional	15,2	31,7	46,3	6,7	0,0	100,0
Centro de zona	30,7	29,6	38,7	1,1	0,0	100,0
Centro local	50,0	35,2	14,3	0,4	0,0	100,0
Total	44,4	34,2	19,8	1,6	0,0	100,0
IDHM-R 2000	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	16,7	41,7	41,7	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	22,9	59,0	16,3	1,8	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	7,6	38,0	49,4	5,1	100,0
Área de abrangência da capital regional	6,3	18,9	41,4	32,4	0,9	100,0
Centro sub-regional	3,0	26,8	40,9	28,7	0,6	100,0
Centro de zona	12,3	26,0	45,3	16,4	0,0	100,0
Centro local	31,2	28,7	36,2	3,8	0,0	100,0
Total	26,5	27,6	38,1	7,5	0,3	100,0
IDHM-R 2010	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	0,0	41,7	58,3	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	2,4	48,8	45,2	3,6	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	0,0	21,5	63,3	15,2	100,0
Área de abrangência da capital regional	0,0	9,9	24,3	61,3	4,5	100,0
Centro sub-regional	0,0	8,5	32,9	56,7	1,8	100,0
Centro de zona	0,4	21,2	30,3	47,4	0,7	100,0
Centro local	2,9	36,9	37,6	22,2	0,4	100,0
Total	2,4	32,3	36,5	27,8	1,0	100,0

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

Em 1991, os melhores desempenhos são verificados nos núcleos das metrópoles e dos centros regionais, enquanto seus entornos (AAs) apresentam sempre concentração em faixas mais baixas. Nesse caso, é possível equiparar o desempenho dos centros sub-regionais com o da AA das capitais regionais. Centros de zona e centros locais não ultrapassam o *médio* IDHM-R nesse período, com concentração de 50% dos centros locais na faixa mais baixa do IDHM-R.

Os núcleos metropolitanos se deslocam, em 2000, para as faixas *alto* e *muito alto* IDHM-R, enquanto o núcleo das capitais regionais encontra-se nas faixas do *médio* e *alto* IDHM-R. Os municípios da área de abrangência das sedes das metrópoles se distribuem entre as faixas do *baixo, médio* e *alto* IDHM-R, com maior concentração (59%) na faixa do *médio,* igualando-se proporcionalmente aos centros sub-regionais e centros de zona. Os centros locais distribuem-se entre as faixas do *muito baixo*, *baixo* e *médio* IDHM-R, com maior concentração nesta última (36,2%).

No último período, enquanto mais da metade dos municípios do núcleo metropolitano atingem a faixa mais elevada do IDHM-R, 94% dos municípios de seus entornos permanecem distribuídos nas faixas do *médio* e *alto*. As sedes das capitais regionais e seu entorno têm praticamente a mesma proporção de municípios nas faixas de *médio* e *alto* IDHM-R, sendo possível afirmar que para a dimensão *Renda* as condições do núcleo e do entorno se igualam a partir de 2010. Centros de zona avançam com maior concentração na faixa do *alto* IDHM-R. Centros locais praticamente abandonam a faixa do *muito baixo* IDHM-R e passam também a ocupar a faixa do *alto* IDHM-R, com 22,2% de seus municípios.

Do ponto de vista da evolução, entre 2000 e 2010, o maior crescimento absoluto do IDHM-R se deu nos centros locais (0,070) e centros de zona (0,060), enquanto os piores são atribuídos aos núcleos das metrópoles (0,049) e das capitais regionais (0,050), seguidas de seus entornos.

A tabela 11 apresenta os dados referentes à dimensão *Longevidade* do IDHM para cada uma das tipologias de centro urbano nas décadas de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 11
Distribuição percentual segundo tipologia da Regic, IDHM-Longevidade (1991, 2000 e 2010)

IDHM-L 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	33,3	66,7	0,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	6,6	49,4	44,0	0,0	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	10,1	30,4	59,5	0,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	0,0	16,2	25,2	58,6	0,0	100,0
Centro sub-regional	0,6	16,5	36,6	46,3	0,0	100,0
Centro de zona	2,7	21,0	35,5	40,8	0,0	100,0
Centro local	4,9	26,2	41,2	27,5	0,1	100,0
Total	4,2	24,3	40,3	31,1	0,1	100,0

(Continua)

(Continuação)

IDHM-L 1991	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
IDHM-L 2000	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	0,0	83,3	16,7	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	0,0	7,8	78,3	13,9	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	0,0	5,1	57,0	38,0	100,0
Área de abrangência da capital regional	0,0	0,0	14,4	49,5	36,0	100,0
Centro sub-regional	0,0	0,6	16,5	52,4	30,5	100,0
Centro de zona	0,0	1,2	25,0	50,1	23,7	100,0
Centro local	0,0	3,7	34,7	52,5	9,1	100,0
Total	0,0	3,1	31,5	53,1	12,3	100,0
IDHM-L 2010	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Total
Núcleo metropolitano	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Área de abrangência das metrópoles	0,0	0,0	0,0	11,4	88,6	100,0
Núcleo da capital regional	0,0	0,0	0,0	10,1	89,9	100,0
Área de abrangência da capital regional	0,0	0,0	0,0	19,8	80,2	100,0
Centro sub-regional	0,0	0,0	0,0	25,6	74,4	100,0
Centro de zona	0,0	0,0	0,2	33,3	66,5	100,0
Centro local	0,0	0,0	1,7	45,7	52,6	100,0
Total	0,0	0,0	1,4	41,7	56,9	100,0

Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

Em 1991, encontra-se maior equilíbrio na componente IDHM-L, já que, com exceção dos CLs e CZs, em média, 90% dos municípios das demais categorias de centros urbanos concentravam-se nas faixas de *médio* e *alto* IDHM-L. Já para os centros locais e centros de zona, mais de 95% destes se distribuíam entre as faixas de *baixo*, *médio* e *alto* IDHM-L.

Em 2000, grande proporção de centros urbanos atingiu as faixas do *muito alto* IDHM-L, sobretudo as sedes das capitais regionais, seu entorno e os centros sub-regionais. Ao final do período, 41,7% dos centros estão na faixa do *alto* IDHM-L, com maior participação dos centros sub-regionais, centros locais e centros de zona, e 59,6% estão na faixa do *muito alto*.

O crescimento absoluto dessa componente, entre 2000 e 2010, foi mais acentuado nos centros locais (0,080) e centros de zona (0,073). Em contrapartida, a menor evolução ocorreu nas áreas de abrangência das capitais regionais (0,065) e nas sedes das capitais regionais (0,070).

4 NOTAS CONCLUSIVAS

Antes de se iniciar a pesquisa que deu origem a este capítulo, ainda com os dados preliminares em mãos e sem a sistematização dos resultados para fins de análise, havia algumas hipóteses de trabalho que, em parte, se confirmaram e, em parte, se complexificaram. Partiu-se do princípio de que a posição do município na Regic condicionaria sua *performance* em termos do IDHM e que, portanto, os melhores desempenhos e o crescimento do IDHM ocorreriam nos maiores centros urbanos: metrópoles, capitais regionais e suas áreas de abrangência. A análise realizada por categoria de centro urbano aponta que, de fato, as melhores *performances* ocorrem nos maiores centros urbanos, ou seja, núcleos das metrópoles e sedes das capitais regionais. Isso é verdadeiro para os três períodos analisados, o que as coloca sempre em patamares mais elevados de faixas de desenvolvimento humano em todas as dimensões que compõem o IDHM.

De certa forma, o que emerge da análise dos resultados cruzados com a tipologia da Regic é que o conceito e a proposta metodológica do IDHM privilegiam os centros urbanos de nível hierárquico mais alto, de modo que é de se esperar que os municípios núcleos das metrópoles e das capitais regionais e os municípios mais dinâmicos de suas áreas de abrangência encabecem a lista dos municípios que lideram o *ranking* do IDHM.

No mesmo sentido, ao olhar para os municípios que estão na base da hierarquia urbana, constata-se que os centros locais, que correspondem a pouco mais que 80% dos municípios brasileiros, segundo a malha municipal de 2010, são aqueles que apresentam o desempenho mais baixo no que diz respeito ao IDHM e seus subcomponentes.

Portanto, há uma correlação elevada entre a *performance* do município no que tange ao IDHM e a posição desse município na rede de cidades do país.

Evidentemente, tendo atingido padrões mais elevados de desenvolvimento humano, em comparação com as demais tipologias da Regic, os núcleos metropolitanos e os municípios polos das capitais regionais desaceleram sua evolução ao longo do tempo em todas as dimensões do IDHM. Uma vez que o hiato entre a posição do município e o valor máximo do IDHM (1,000) é menor para os municípios que possuem *performance* mais elevada, avanços mais expressivos entre os períodos censitários tendem a ser observados nos municípios que possuem índices mais baixos, ou seja, os centros locais e os centros de zona, notadamente na dimensão que apresenta resultados mais críticos, a saber, a dimensão *Educação*.

No último período, 2000-2010, a média de crescimento absoluto do IDHM nos centros locais foi de 0,140, chegando a 0,209 para o IDHM-Educação. Em contrapartida, os crescimentos mais baixos neste mesmo período ocorreram nos

núcleos metropolitanos e municípios polos das capitais regionais, com médias de 0,093 e 0,102 respectivamente.

No que diz respeito aos municípios dos núcleos metropolitanos e das capitais regionais, uma observação importante diz respeito à desaceleração do crescimento dos índices e às possibilidades de redução do hiato ainda existente: se a *performance* e a velocidade da evolução dos índices associam-se às condições econômicas encontradas nesses centros e às características e à disponibilidade da infraestrutura social instalada, novas análises devem ser capazes de indicar até que ponto as políticas sociais – notadamente as políticas públicas que envolvem a universalização do atendimento de alguns serviços sociais, que privilegiam, por motivos de ganhos de escala, os nodos centrais da rede de cidades do país – permitirão, ao longo desta década, uma redução mais expressiva do hiato atualmente existente e avanços (mais significativos) na evolução dos índices desses municípios.

Ao analisar os resultados obtidos para os municípios que estão na base da rede de cidades do país, observa-se uma evolução mais expressiva desses centros, seja em termos absolutos, seja em termos relativos. Ainda que tal desempenho seja de se esperar, dado "o ponto de partida" mais baixo, a verdade é que os resultados atestam os avanços na universalização do atendimento e na ampliação da infraestrutura social, notadamente na dimensão da *Educação*, mas também nas demais dimensões que já apresentavam uma *performance* menos crítica.

Ou seja, mesmo que o ponto de partida seja "baixo", os avanços observados somente seriam possíveis se as políticas públicas orientadas para a universalização de determinados serviços sociais assim o permitissem. E é exatamente isso o que se observa na análise dos dados disponíveis na plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.[4]

No entanto, a hipótese não se confirma quando aplicada ao entorno (AA) das metrópoles e capitais regionais. Não apenas em uma dimensão do IDHM, nem mesmo em apenas um período, verificou-se que as "condições para a expansão da liberdade das pessoas" são muito inferiores no entorno desses centros urbanos, sobretudo das metrópoles. Não raro, os indicadores verificados para a AA das metrópoles se equiparam aos verificados para centros sub-regionais e centros de zona, chegando até mesmo a sere inferiores a eles, como é o caso da dimensão *Educação*, em que os municípios da AA das metrópoles apresentam desempenho inferior quando comparados aos centros sub-regionais, aos centros regionais e seu entorno.

Em 2010, para a dimensão *Educação*, a AA das metrópoles, apesar de evoluir, apresentou desempenho equivalente ao verificado para os centros de zona. Para a

4. Para mais informações, ver: <www.atlasbrasil.org.br>.

dimensão *Renda*, apenas para citar mais um exemplo, em 2000 os municípios da AA das metrópoles se distribuíam entre as faixas do *baixo*, *médio* e *alto* IDHM-R, com maior concentração (59%) na faixa do *médio*, igualando-se proporcionalmente aos centros sub-regionais e centros de zona.

Da mesma maneira, ao analisar a evolução, verificou-se que o entorno das capitais regionais evolui menos que as próprias CRs. Em praticamente todos os indicadores e anos, o desempenho dos centros sub-regionais e do entorno das capitais regionais foi equivalente. As condições do IDHM nessas duas categorias de centro urbano são, portanto, praticamente iguais. Isso denota o erro de tomar o entorno pelo mesmo desempenho verificado nas sedes das capitais regionais – a mesma reflexão se estende para as metrópoles.

Em 2010, para a dimensão *Renda*, verificou-se entre as sedes das capitais regionais e seu entorno uma redução dessa disparidade. Nesse ano, as sedes e seu entorno têm praticamente a mesma proporção de municípios nas faixas de *médio* e *alto* IDHM-R, sendo possível afirmar que para a componente *Renda* as condições do núcleo e do entorno se igualam a partir de 2010.

Portanto, o que os resultados mostram é que as populações que residem em domicílios particulares permanentes dos municípios periféricos das principais ACPs do país apresentam uma *performance* geral que se assemelha àquela observada para centros de menor nível hierárquico, como os centros sub-regionais e centros de zona. Nesse caso, a maior proximidade relativa de infraestrutura social observada nas periferias dos grandes centros urbanos não é capaz de produzir um desempenho substancialmente melhor que o observado em centros de menor peso na rede de cidades do país, onde, por diversos motivos, tende a haver uma infraestrutura social mais limitada, ainda que o país tenha avançado na disponibilização dos serviços sociais básicos.

Considerando essa análise exploratória, se os conceitos e a proposta metodológica sobre a qual se embasa o IDHM estiverem corretos, ou seja, se apontarem para um cenário desejável/ideal no que diz respeito a determinados indicadores sociais, a melhoria na *performance* dos municípios brasileiros depende, em parte, de aspectos ligados à dinâmica econômica do país (nas várias porções de seu território) e à disponibilização de infraestrutura e ampliação da cobertura de serviços sociais, notadamente nas áreas de educação e saúde, para todos os municípios que conformam a rede de cidades do país, conferindo especial atenção aos centros de zona, aos centros locais, aos municípios situados no entorno das metrópoles e, em menor proporção, àqueles que fazem parte da área de abrangência das capitais regionais.[5]

5. Especialmente no que diz respeito à dimensão educacional, o principal gargalo observado diz respeito à questão do ensino médio, em que os indicadores de distorção idade/série e atendimento são bem menores do que aqueles observados para o ensino fundamental. Para mais informações, ver: <www.atlasbrasil.org.br>.

Explorando, ainda que de forma embrionária, a questão das disparidades regionais do país, a terceira hipótese envolvida neste trabalho considerava que a evolução do IDHM nos centros urbanos das regiões Norte e Nordeste do país contribuiria para a redução da desigualdade regional. Com efeito, a análise aqui empreendida demonstra que todas as tipologias de centros urbanos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um crescimento absoluto do IDHM maior do que o verificado para as regiões Sul e Sudeste.

Ainda assim, apesar de evoluírem mais, os indicadores dos municípios das regiões Norte e Nordeste permanecem significativamente mais baixos do que aqueles encontrados nos centros das regiões Sul e Sudeste. É preciso sustentar a evolução do desenvolvimento humano nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para reduzir o hiato que as separa das demais regiões do país. Os programas de transferência de renda condicionada, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde (queda na taxa de mortalidade infanto-juvenil e na taxa de fertilidade) são algumas das escolhas políticas e dos fatores que parecem ter levado pelo caminho da evolução do IDHM ao longo das duas últimas décadas. Há que se avaliar em que medida e em que direção avanços nessas políticas e ampliação na cobertura de serviços e na disponibilização de infraestrutura social serão capazes de fazer reduzir, de forma ainda mais marcante, as disparidades regionais ainda encontradas no país, ainda muito expressivas.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. Brasília: Ipea; IBGE; Unicamp, 2002. v. 3. Disponível em: <https://goo.gl/tW8XLa>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP. Plataforma digital. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/QskCG5>.